



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.36.92.AO07>

Imagens sociais de adolescentes institucionalizados: uma reflexão teórica sobre concepções e estigmas

*Social images of institutionalized adolescents: A theoretical review
about conceptions and stigmas*

Mônica Sperb Machado. Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. monicasperbm@gmail.com

Juliano Beck Scott. Pós-doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. bs.juliano@gmail.com

Aline Cardoso Siqueira. Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia/UFSM, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. alinecsiq@gmail.com

Resumo

Concepções sociais negativas historicamente construídas circundam o contexto de crianças e adolescentes institucionalizados, apesar dos avanços na legislação brasileira de proteção destes sujeitos. Este trabalho apresenta uma perspectiva histórica sobre a proteção à infância e adolescência em situação de acolhimento no Brasil. Então, estudos empíricos realizados no contexto brasileiro são discutidos, a fim de evidenciar as imagens sociais atribuídas aos adolescentes acolhidos. A constatação de fatores de risco aos adolescentes acolhidos, nos níveis individual, social e emocional, possibilita identificar imagens sociais

predominantemente negativas. Aponta-se à necessidade de aproximação entre a legislação e a realidade desses adolescentes, além de fomentar estudos que indiquem diretrizes para melhorias nas instituições, qualificação dos profissionais e que auxiliem a desmistificar ideias pré-concebidas endereçadas ao público.

Palavras-chave: Adolescência; Estigma; Fatores de risco; Imagens sociais; Instituição de acolhimento.

Abstract

Historically negative social conceptions have been created surrounding the context of institutionalized children and adolescents, despite the advances in the Brazilian legislation of protection of these subjects. This article presents a historical perspective on the protection of children and adolescents who were removed from their families in Brazil. Thus, empirical studies conducted in the Brazilian context are discussed in order to highlight the social images attributed to the adolescents. The observation of risk factors for adolescents at the individual, social and emotional levels makes possible to identify predominantly negative social images. It is pointed out the need to approximate legislation and the reality of these adolescents, as well as to promote studies that indicate guidelines for improvements in institutions, qualification of professionals and help demystify preconceived ideas addressed to the public.

Keywords: *Adolescence; Stigma; Risk factors; Social Images; Institutionalized care.*

Resumen

Las concepciones sociales negativas históricamente construidas rodean el contexto de niños y adolescentes acogidos, a pesar de los avances en la legislación brasileña de protección de estos sujetos. Este artículo presenta una perspectiva histórica sobre la protección de niños, niñas y adolescentes en situación de acogimiento en Brasil. Así, se discuten los estudios empíricos realizados en el contexto brasileño para resaltar las imágenes sociales asignadas a los adolescentes. La observación de los factores de riesgo para adolescentes a nivel individual, social y emocional permite identificar imágenes sociales en su mayoría negativas. Se señala la necesidad de acercarse la legislación y la realidad de estos adolescentes, así como promover estudios que indiquen pautas para mejorar las instituciones, la calificación de los profesionales y ayudar a desmitificar las ideas preconcebidas dirigidas al público.

Palabras clave: *Adolescencia; Estigma; Factores de riesgo; Imágenes sociales; Acogimiento residencial.*

Introdução

O acolhimento institucional se constitui em um lugar de amparo e proteção para milhares de crianças e adolescentes brasileiros. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), o Serviço de Acolhimento Institucional consiste em uma medida protetiva, que acolhe em instituições crianças e adolescentes com suspeita ou violação de seus direitos no contexto familiar. O Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de

Acolhimento (Assis & Farias, 2013) analisou 2.624 Serviços de Acolhimento Institucional e 144 Serviços de Acolhimento Familiar, presentes no território brasileiro, coletando informações de 36.929 crianças e adolescentes em acolhimento institucional e de 932 em acolhimento familiar, sendo 52,3% meninos e 47,7% meninas, com idades médias de 9,3 anos. Tais dados indicam a expressividade do número de acolhidos no país.

O afastamento familiar e o ingresso em um acolhimento institucional podem trazer tanto efeitos negativos quanto positivos ao desenvolvimento dos indivíduos, dependendo tanto de fatores individuais dos acolhidos até características do lar substituto (Siqueira & Dell'Aglio, 2006). Somado a isso, no que tange à fase desenvolvimental, a adolescência pode ser um período crítico para a ocorrência de dificuldades emocionais, sendo os adolescentes institucionalizados um dos grupos mais vulneráveis em termos de saúde mental (McCann, James, Wilson, & Dunn, 1996). Ainda, a literatura demonstra que pré-conceitos ou estigmas sociais circundam o seu contexto, os quais podem estar relacionadas ao histórico de institucionalização que conferiu imagens negativas sobre esses sujeitos e seus contextos familiares no Brasil (Machado, Scott & Siqueira, 2016; Patias, Siqueira & Dell'Aglio, 2017), relacionando-os a problemáticas (Wendt, Dullius, & Dell'Aglio, 2017).

Neste tocante, compreende-se a necessidade de problematizar a situação dos adolescentes acolhidos no país, analisando concepções sociais que possam excluí-los ou (re)violar seus direitos. O presente trabalho teórico, portanto, parte de uma apresentação da evolução da política de atendimento aos adolescentes acolhidos, para, então, discutir estudos empíricos realizados no contexto brasileiro e, por fim, evidenciar as imagens sociais atribuídas ao público.

Histórico de proteção à infância e adolescência em acolhimento no Brasil

A institucionalização de crianças e adolescentes é uma prática enraizada na cultura brasileira. Inicialmente ocorreu de forma asilar, tutelar e direcionada a uma parcela específica da população: crianças e adolescentes pobres e/ou desamparados. O Código de Menores (Brasil, 1979), promulgado em 1927 e em 1979, retrata a realidade do modelo asilar vigente no século passado, reflexo das ações do Estado de controle, disciplinarização e institucionalização de crianças e adolescentes, alicerçada na Doutrina da Situação Irregular. Eles eram denominados na época como “menores” e “desviantes” e considerados objetos de tutela do Estado, o qual visava diminuir os índices de criminalidade existentes nas áreas urbanas (Rizzini & Pillotti, 2011).

O atendimento às crianças e aos adolescentes brasileiros foi se modificando conforme avanços legais e acompanhando a realidade sociocultural. Em 1989 foi aprovada a Convenção Internacional dos Direitos da Infância, na Assembleia Geral das Nações Unidas. No Brasil, em 1990, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente ratificou a doutrina de proteção integral universalizada na Convenção e concedeu o estatuto de “sujeitos de direitos e deveres” às crianças e aos

adolescentes. Somado a isso, eles passaram a ser reconhecidos como “indivíduos em situação peculiar de desenvolvimento”, que necessitam de cuidado prioritário e integral, devendo ser garantidos a partir da efetivação de políticas públicas. Tais avanços demonstram modificações nas concepções acerca da infância e da adolescência.

Quanto às crianças e aos adolescentes acolhidos, o ECA trouxe novas diretrizes, preconizando que o seu acolhimento em instituições possua caráter excepcional e provisório, que a sua desinstitucionalização ocorra o mais rápido e seguro possível e que o seu direito à convivência familiar e comunitária seja garantido (Brasil, 1990). Compreendendo que os indivíduos de zero a 18 anos incompletos estão em situação peculiar de desenvolvimento e devem ser alvo de políticas públicas que zelem pelo seu cuidado e proteção, com o ECA a Doutrina da Proteção Integral toma espaço na legislação brasileira.

O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC (Brasil, 2006) e a Lei nº 12.010/09, também conhecido como Nova Lei Nacional da Adoção (Brasil, 2009), surgidos após o ECA, foram criados para fortalecer e aperfeiçoar os direitos das crianças e dos adolescentes, constituindo-se em marcos nas políticas públicas voltadas ao público no Brasil. Assim, buscou-se a consolidação da Doutrina de Proteção Integral e o rompimento da cultura de institucionalização de crianças e jovens no país (Siqueira, 2012).

Percebem-se, a partir do exposto, avanços legislativos que culminaram em diretrizes voltadas à proteção e defesa de crianças e adolescentes, dentre estes os que se encontram em acolhimento institucional, estabelecendo direitos que devem ser assegurados por todos. No entanto, cabe a discussão dos reflexos que tais avanços têm provocado nas concepções sociais sobre crianças e adolescentes acolhidos e na efetivação das políticas de proteção a eles direcionadas. Tendo em vista o contexto histórico, legislativo e cultural apresentado, entende-se a importância de ampliar a compreensão sobre a situação dos adolescentes acolhidos e discutir concepções sociais construídas que os circundam.

A adolescência em acolhimento institucional

Dentre investigações encontradas na literatura científica e relacionadas à adolescência no contexto de acolhimento institucional no Brasil, antes, durante ou após este, encontra-se um amplo espectro de achados. Essas demonstram que adolescentes acolhidos podem experimentar problemas psicológicos e emocionais (Álvares & Lobato, 2013; Carlos, Ferriani, Silva, & Arone, 2008; Fernandes & Monteiro, 2016; Mota, Thomaz & Melo, 2015; Zappe, Moura Jr, Dell'Aglio, & Sarriera, 2013; Zappe & Dell'Aglio, 2016; Wathier & Dell'Aglio, 2007), contextos familiares fragilizados (Abaid & Dell'Aglio, 2014; Azôr & Vectore, 2008; Cruz, Pedrosa, Cavalcante & Bucher-Maluschke, 2016), bem como sofrer com as problemáticas das próprias instituições (Carinhonha & Penna, 2012; Macedo, Pessoa & Alberto, 2015; Souza & Brito, 2015).

Dentre esses estudos, muitos destacam indicadores de risco ao desenvolvimento dos adolescentes, incluindo baixa autoestima e comportamento

suicida (Zappe & Dell'Aglio, 2016), desesperança (Zappe e cols., 2013), baixo desempenho escolar (Siqueira & Dell'Aglio, 2007), preconceito e estigma direcionados aos adolescentes (Carlos, Ferriani, Silva, Roque & Vendruscolo, 2013; Penna, Carinhanha & Leite, 2009; Penna, Fernandes, Guedes, Santos, Fernandes, & Soares, 2012; Rodrigues, Gava, Sarriera, & Dell'Aglio, 2014; Zappe, Yunes, & Dell'Aglio, 2016), dificuldade de vinculação afetiva, sentimento de exclusão (Mota e cols., 2015), agressividade (Carlos, e cols., 2008) e processos psicopatológicos (Álvares & Lobato, 2013; Fernandes & Monteiro, 2016; Wathier & Dell'Aglio, 2007).

Com relação às famílias de origem destes jovens, inúmeras vulnerabilidades, como a pobreza, a carência de rede de apoio sócio-psicológica e a fragilidade nos vínculos fazem-se presentes em seu cotidiano (Azôr & Vectore, 2008). Conforme Cruz e cols. (2016), as famílias de adolescentes acolhidos podem apresentar sistemas complexos, incluindo diversas formas de violência (física, sexual, psicológica) na relação entre os seus membros e pouca clareza ou definição de papéis e limites, além de envolvimento com álcool e drogas.

Assim, tem-se que as famílias de origem de crianças e jovens institucionalizados podem atuar como fatores de risco ao desenvolvimento destes sujeitos. Abaid e Dell'Aglio (2014) ao estudarem a exposição a fatores de risco em adolescentes acolhidos no sul do Brasil, identificaram, entre outros aspectos, a exposição destes à violência intra e extrafamiliar. Conforme as autoras, tais adolescentes experienciam fragilidade nos vínculos familiares frente às situações de disfuncionalidade familiar, o que contribui também para o desgaste das relações instituição-família e assim interferindo nos esforços para a garantia do direito a convivência familiar. Nesse sentido, enfatizam a necessidade de investimentos em políticas públicas que auxiliem na recuperação e fortalecimento familiar desses sujeitos.

Ainda, alguns estudos demonstram a fragilidade das próprias instituições de acolhimento, denunciando práticas mal conduzidas por parte dos profissionais, além do não cumprimento efetivo das diretrizes preconizadas nas leis. Assim, evidencia-se que crianças e jovens acolhidos podem ter seus direitos violados mesmo no contexto das instituições (Carinhanha & Penna, 2012; Macedo e cols., 2015; Souza & Brito, 2015).

Conforme Souza e Brito (2015), ocorre, por exemplo, a desarticulação da rede de proteção à infância e adolescência, a ausência de trabalho dos profissionais com as famílias de origem, o que leva a dificuldades na efetivação do direito a convivência familiar e comunitária das crianças e jovens acolhidos. Além disso, Macedo e cols. (2015) apontam para concepções descontextualizadas, naturalizantes e universalistas que repercutem nas práticas de profissionais que trabalham com relação às crianças e adolescentes, aproximando-se mais de ferramentas de controle social, do que de efetivação de seus direitos.

Dentre possíveis motivos para isso, Botelho, Moraes e Leite (2015) abordam que muitos dos profissionais que trabalham em instituições de acolhimento não passam por um processo criterioso de seleção e não recebem treinamento inicial para o trabalho que irão executar, conforme as diretrizes preconizadas nas leis, o que pode refletir na ocupação de

seus cargos e no desempenho de suas tarefas. Já conforme Rossetti-Ferreira e cols. (2012), práticas mal conduzidas nos contextos das instituições podem estar relacionadas ao compartilhamento de concepções negativas sobre os adolescentes acolhidos por parte dos profissionais das equipes. Assim, em muitos casos, ocorre uma (re)violação dos direitos da criança e do adolescente, sendo que podem receber informações restritas, ter o seu passado negado, a não valorização da participação de suas famílias junto às instituições, além da privação de contato com a comunidade, por exemplo.

Cabe considerar ainda a fragilidade das políticas públicas que falham em garantir os direitos dos adolescentes acolhidos institucionalmente. Em consonância com o apontado em alguns estudos, a necessidade de políticas públicas eficazes é defendida, que aperfeiçoem o atendimento aos adolescentes (Salina-Brandão & Williams, 2009) e resgatem as potencialidades das famílias de origem, compreendendo e atuando sobre as causas de sua situação (Azôr & Vectore, 2008).

Para contemplar as necessidades das crianças e adolescentes em sua integralidade, faz-se necessário: a articulação de diferentes setores (Ferriani, Bertolucci & Silva, 2008); a qualificação dos processos de reinserção familiar dos adolescentes acolhidos (Brito, Rosa & Trindade, 2014; Siqueira & Dell'Aglio, 2007; Siqueira, Zoltowski, Giordani, Otero, & Dell'Aglio, 2010; Siqueira, Massignan & Dell'Aglio, 2011); bem como tratar da falta de perspectiva para o adolescente que deixa o acolhimento ao completar os dezoito anos de idade (Oliveira & Milnitsky-Sapiro, 2007), encarando o acolhimento como medida provisória e investindo gradativos esforços no desligamento dos jovens das instituições (Martinez & Soares-Silva, 2008), por exemplo.

Com base no exposto, pode-se observar que adolescentes no contexto de acolhimento institucional se deparam com inúmeros fatores de risco. De fato, não cabe desconsiderar os efeitos negativos que podem advir da medida de acolhimento aos adolescentes institucionalizados. Conforme preconiza a legislação, a permanência nas instituições deve ter caráter provisório e excepcional, sendo priorizadas as tentativas de reinserção familiar ou encaminhamento à família substituta, considerados os impactos da institucionalização na vida destes sujeitos, relacionados a vivências de vulnerabilidade e rompimento de vínculos significativos (Benetti & Calcing, 2014; Brasil, 2006; 2009). No entanto, entende-se a necessidade de discussão também dos aspectos de proteção referentes à medida de acolhimento institucional.

Poucos estudos enfocam a presença de aspectos protetivos na vida dos adolescentes acolhidos. Estes apontam para as potencialidades dos adolescentes, seus processos de resiliência, sua vinculação afetiva com familiares, profissionais e amigos (Dalbem & Dell'Aglio, 2008), entre outros aspectos. Assim, as instituições podem consistir em espaços de acolhimento e oportunidades, fortalecendo a autoestima e o potencial transformador dos adolescentes (Carinhanha & Penna, 2012), através do suporte social oferecido, da sua proteção e da promoção de acesso aos seus direitos básicos (Carleto, Alves & Gontijo, 2010). Nesse sentido, a medida de acolhimento pode ser considerada um fator de proteção e não necessariamente como um fator que favoreça o surgimento de problemas psicológicos (Habigzang, Cunha & Koller, 2010), sendo que potencialidades e comportamentos positivos podem ser também percebíveis nos adolescentes acolhidos (Fernandes & Monteiro, 2017).

A partir do exposto, constata-se que o acolhimento institucional pode consistir em uma oportunidade de transformação e crescimento na trajetória de vida dos adolescentes

institucionalizados, possibilitando a ampliação de suas redes de apoio e constituindo-se em um espaço favorável ao desenvolvimento, o qual junto ao contexto vivenciado pela família de origem, anteriormente, não era atingido (Benetti & Calcing, 2014). Conforme Rocha, Arpini e Savegnago (2015), fatores positivos durante o tempo de acolhimento podem ser reconhecidos, como sua contribuição ao desenvolvimento e à educação das crianças e jovens ou à aproximação entre as instituições e as famílias, demonstrando que a Lei 12.010/09 tem impulsionado avanços significativos.

Diante disso, é preciso ter cuidado ao considerar que a condição de acolhimento necessariamente implicará em consequências negativas aos adolescentes acolhidos. Não se trata de desconsiderar as dificuldades nas instituições, mas de entender que cada sujeito experimentará esta situação de forma singular e que o acolhimento pode consistir, muitas vezes, na melhor alternativa, em termos de proteção e resiliência, diante de situações tão adversas de violação de direitos vividas anteriormente. Por fim, entende-se a necessidade de refletir sobre a influência das concepções compartilhadas socialmente sobre esses sujeitos, suas famílias e as instituições que os acolhem, tendo em vista o constatado em muitos estudos e devido à própria percepção de que grande parte destes enfocam características individuais problemáticas dos adolescentes, as fragilidades de suas famílias ou das políticas públicas a eles endereçadas.

Imagens sociais sobre os adolescentes em acolhimento institucional

Historicamente, conceitos sobre a adolescência vêm sendo construídos de acordo com o momento social e político de cada época. Tais construções são perpassadas por concepções, ideias ou valores hegemônicos em cada período que são compartilhados socialmente. Neste sentido, tem-se o conceito das representações sociais, as quais são proposições, conceitos, ideias, atributos ou rótulos aceitos, compartilhados e interiorizados socialmente, que conferem uma compreensão a fenômenos, indivíduos ou grupos (Moscovici, 2011). Estas proposições, quando amplamente difundidas, recebem grande valor no espaço social e reforçam um imaginário que pode ser tanto positivo quanto negativo.

O adolescente pobre, em situação de vulnerabilidade social, está sujeito a essas representações. Conforme Rosa e Catroli (2013), existe um imaginário social que confere ao adolescente em situação de vulnerabilidade um lugar de apenas mais um que entra e sai de instituições, restando ao jovem assumi-lo. Já os estudos de Sehn, Porta e Siqueira (2015) e de Savegnago, Faraj, Arpini e Siqueira (2015) enfocam o contexto de fragilidade familiar de jovens em situações de vulnerabilidade, tendo sua infância e adolescência marcadas por violência, rejeição, humilhação e medo. Essas vivências podem conduzi-los a terem dificuldades em encontrar modelos comportamentais positivos, próximos aos reconhecidos pelo social e, assim, deixá-los vulneráveis a receber rótulos e previsões negativas.

Com relação ao adolescente institucionalizado, foco da discussão neste trabalho, constata-se que o seu imaginário social é também negativo. Patias e cols. (2017) discutem que a história da institucionalização deste público no Brasil influencia a construção imagética sobre crianças e adolescentes institucionalizados e seus contextos familiares. De acordo com as autoras, persistem no imaginário social características negativas e pejorativas sobre crianças e adolescentes acolhidos, as quais fazem parte de um passado ainda não superado, apesar das modificações legislativas neste âmbito. Conforme Calheiros, Garrido, Lopes e Patrício (2015), em vista de que estes sujeitos vivenciaram situações de risco ou violência antes de serem acolhidos em instituições, pode a sociedade lhes conferir a noção de que algo “falhou” em suas histórias ou, ainda, serem vistos como “problemáticos”, sob a noção de marginalidade ou como responsáveis pela sua situação.

O estudo realizado por Wendt e cols. (2017) confirma tal imaginário, visto que demonstrou que jovens acolhidos são predominantemente caracterizados de forma negativa quando comparados a jovens que residem/convivem com suas famílias. Os dados do estudo demonstraram que características como “com problemas”, “carente”, “vulnerável”, “revoltado” e “traumatizado” foram mais frequentes para o grupo de jovens institucionalizados. Somado a isso, o estudo de Rodrigues e cols. (2014) constatou que a situação de acolhimento institucional mostra-se marcada por processo de estigmatização, devido à percepção de preconceito por parte dos adolescentes institucionalizados. Já o estudo de Zappe e cols., (2016) revelou a atribuição também de características negativas às famílias de origem com crianças e jovens institucionalizados.

Entende-se, a partir disto, que representações sociais, construídas ao longo da história, sobre os adolescentes institucionalizados, classificando-os de forma negativa, podem influenciar as interações voltadas ao público e a forma como atualmente o social relaciona-se com esse, numa tentativa de confirmar a imagem negativa criada (Moscovici, 2011). Esse processo ocorre porque construções sociais podem ser caracterizadas pela fixação de uma “etiqueta” ao sujeito alvo, o que pode reforçar sua exclusão social, tomando por base concepções históricas negativas (Major & O’Brien, 2005).

Neste tocante, cabe discutir o quanto o imaginário social negativo atrelado aos adolescentes institucionalizados pode gerar situações de preconceito e exclusão contra o grupo. Os estereótipos e o preconceito são conceitos que surgem comumente relacionados. Isso porque o preconceito advém do processo de estereotipização, que consiste por sua vez na criação de categorias para enquadrar grupos de pessoas. Esse mecanismo resulta de processos funcionais do ser humano que atua através da racionalização, ou seja, os estereótipos são aprendidos pelo ser humano ao longo de suas experiências de interação e contribuem para os comportamentos de preconceito direcionados a um grupo-alvo (Devine, 1989). A aplicação de um estereótipo ocorre de forma automática, principalmente, para determinadas categorias como sexo, raça, classe social, idade e orientação sexual. Toda vez que esse processo ocorre, parte-se de julgamentos baseados em grupo e não de forma individual, e são difíceis de evitar, pois tais julgamentos são facilmente acessados quando se depara com um membro do grupo estereotipado (Stangor & O’Brien, 2010).

Os autores Kawakami e Dovidio (2001) destacam que os estereótipos fazem parte de um processo automático que opera a fim de facilitar respostas e tomadas de decisões,

influenciando as atitudes que resultam no preconceito direcionado a outros grupos. Assim, os estereótipos são crenças, aprovadas e aceitas, de um grupo sobre outro e que podem resultar em comportamentos de preconceito para com estes, prejudicando de alguma forma o público alvo, e gerando, na maioria dos casos, exclusão social (Devine, 1989). No caso dos adolescentes acolhidos, discute-se que esse processo parece ocorrer de forma que quando o adolescente institucionalizado é rotulado ou identificado, pode vir a sofrer com atitudes de preconceito desencadeadas pelas crenças relacionadas ao seu grupo de pertencimento.

Pode-se pensar que as imagens sociais sobre os jovens que residem em acolhimentos sejam reflexos de uma história de institucionalização excludente, em que estes eram considerados problemáticos ou sob a noção de marginalidade e pela situação do acolhimento institucional ser consequência de vivências de violação de direitos e quebra de vínculos. A criação de medidas, por parte do governo, que visam proporcionar uma melhor assistência e proteção às crianças e adolescentes acolhidos, entendendo sua situação peculiar de desenvolvimento e considerando-os “sujeitos de direitos e deveres”, podem não dar conta das violências simbólicas a que são vítimas, relacionadas aos estereótipos que a sociedade os confere.

De acordo com Machado e cols. (2016), as imagens sociais negativas podem ainda dificultar o cumprimento da legislação, prejudicando a garantia de direitos de crianças e adolescentes acolhidos e os esforços para o seu retorno ao lar, perante sua influência nas práticas sociais e profissionais endereçadas ao público. Além disso, segundo os autores, somente a partir da colocação em pauta de discussões acerca dessas imagens, bem como da maior capacitação e preparo dos profissionais que trabalham diretamente com o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, será possível um olhar mais humanizado e que contribua para a construção de políticas públicas em prol desses sujeitos.

Considerações finais

Muitos estudos revelam a presença de fatores de risco aos quais são expostos os adolescentes acolhidos, seja nos níveis individual, emocional ou social. Alguns, no entanto, apontam para os fatores de proteção presentes em suas trajetórias, revelando potencialidades destes sujeitos, como a capacidade de vivenciarem processos de resiliência, vínculos com profissionais, familiares e outros pares, protagonismo e comportamentos pró-sociais. Com isso, nota-se que mesmo após quase três décadas do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e políticas de proteção direcionadas a esse público, ainda não foram observados impactos predominantemente positivos para os adolescentes acolhidos.

No que se refere às imagens sociais endereçadas ao público, a maioria dos estudos se centram nos aspectos negativos presentes nas trajetórias de vida dos adolescentes acolhidos, encontrando aspectos desfavoráveis, e alguns se propuseram a conhecer tais imagens, comprovando que fazem parte do contexto de adolescentes institucionalizados. Este imaginário pode estar relacionado à medida de acolhimento institucional, que, por ser consequência de situações bastante difíceis, pode favorecer a existência de representações que concebem de forma negativa aqueles que dela necessitam.

Somado a isso, o funcionamento das instituições de acolhimento e atuação dos profissionais nem sempre podem estar em consonância com o preconizado pela legislação brasileira. Percebem-se situações de precário ou insuficiente atendimento dos profissionais dos acolhimentos, processos de reinserção familiar e social mal sucedidos e vivências de preconceito nas instituições ou no cotidiano social de forma geral, por exemplo. Avanços e retrocessos em termos do alinhamento entre a legislação e a prática podem ser identificados, revelando a não completa superação de uma cultura que ainda concebe a institucionalização de forma asilar, expondo os adolescentes a situações de preconceito e discriminação social.

Neste tocante, sugere-se a necessidade de auxílio às instituições para que se alinhem cada vez mais ao preconizado pela legislação, tanto no que concerne ao atendimento aos sujeitos acolhidos quanto ao seu funcionamento. Além disso, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos que indiquem diretrizes para melhorias nas instituições, que contribuam com a formação e qualificação dos profissionais destas e que auxiliem a desmistificar ideias pré-concebidas sobre crianças e adolescentes institucionalizados.

Considera-se que a reflexão proposta pode evidenciar a necessidade de se promover mudanças nesse cenário, como forma de contribuir para uma sensibilização na imagem sobre os adolescentes em acolhimento institucional. Faz-se necessário, portanto, que os diversos atores sociais, pesquisadores e profissionais ratifiquem as mudanças legislativas através das práticas cotidianas, revendo conceitos e intervenções, garantindo melhor qualidade de vida e reinserção social dos adolescentes acolhidos.

Sabe-se que a medida de acolhimento institucional é complexa e envolve não apenas o sujeito acolhido, mas sua família de origem, os profissionais das instituições, o Estado e também o social em que este deve estar inserido. Portanto, apesar dos avanços na legislação brasileira, que se constituem em importantes passos em direção a novas compreensões sobre a infância e adolescência no país, como o ECA e a Nova Lei Nacional da Adoção, e buscam o rompimento da cultura da institucionalização e o fortalecimento do paradigma de proteção integral, preservação dos vínculos familiares e comunitários, ainda existe no imaginário social um estigma sobre os adolescentes acolhidos. Ou seja, os avanços na legislação parecem não ser suficientes para modificar as crenças difundidas na sociedade. É necessário que mudanças subjetivas também operem. A efetivação dessa medida de proteção no Brasil necessita de uma mudança cultural, que ainda concebe a institucionalização e o jovem institucionalizado conforme as bases históricas.

Referências

- Abaid, J. L. W., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Exposição a fatores de risco de adolescentes em acolhimento institucional no sul do Brasil. *Interação em Psicologia*, 18(1), 47-57. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v18i1.29331>

- Álvares, A. M., & Lobato, G. R. (2013). Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Temas em psicologia*, 21(1), 151-164. Retrieved from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n1/v21n1a11.pdf>
- Assis, S. G. & Farias, L. O. P. (2013). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec. 367p.
- Azôr, A. M. G. C. C. V., & Vectore, C. (2008). Abrigar/desabrigar: Conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(1), 77-89. Retrieved from: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n1/a08v25n1.pdf>
- Benetti, S. P. C., & Calcing J. (2014). Acolhimento institucional: Um olhar sobre a infância e a adolescência em situação de vulnerabilidade. In: D. M. Arpini, D. M., & S. D. Cúnico (Orgs.), *Novos olhares sobre a família: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos*. (pp. 119-138). Curitiba, PR/Brasil: Editora CRV.
- Botelho, A. P., Moraes, M. C. M. B., & Leite, L. C. (2015). Violências e riscos psicossociais: Narrativas de adolescentes abrigados em Unidades de Acolhimento do Rio de Janeiro, *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1), 7-16. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014201.18112013>
- Brito, C. O., Rosa, E. M., & Trindade, Z. A. (2014). O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em Psicologia*, 22(2), 401-413. doi: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.2-11>
- Carinhanha, J. I., & Penna, L. H. G. (2012). Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituições de abrigo. *Texto Contexto Enfermagem*, 21(1), 68-76. Retrieved from: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n1/a08v21n1.pdf>
- Calheiros, M. M., Garrido, M. V., Lopes, D., & Patrício, J. N. (2015). Social images of residential care: How children, youth and residential care institutions are portrayed? *Children and Youth Services Review*, 55(x), 159-169. doi: <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.06.004>
- Carleto, D. G. S., Alves, H. C., & Gontijo, D. T. (2010). Promoção de saúde, desempenho ocupacional e vulnerabilidade social: Subsídios para a intervenção da terapia ocupacional com adolescentes acolhidas institucionalmente. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 21(1), 89-97. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v21i1p89-97>

- Carlos, D., Ferriani, M., Silva, M., & Arone, K. (2008). A reintegração de crianças e adolescentes institucionalizados vítimas de violência doméstica no espaço escolar. *Revista Eletrônica De Enfermagem*, 10(2). doi: <https://doi.org/10.5216/ree.v10i2.8030>
- Carlos, D. M., Ferriani, M. G. C., Silva, M. A. I., Roque, E. M. S. T., & Vendruscolo, T. S. (2013). O acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: Teoria e prática? *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 21(2), 7 telas. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692013000200015>
- Cruz, E. J. S., Pedroso, J. da S., Cavalcante, L. I. C., & Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2016). Fatores de risco em famílias de adolescentes em acolhimento institucional. *Mudanças - Psicologia da Saúde*, 24(1), 27-38. Retrieved from: https://www.researchgate.net/publication/309399293_Fatores_de_Risco_em_Familias_de_Adolescentes_em_Acolhimento_Institucional
- Dalbem, J. X., & Dell'Aglio, D. D. (2008). Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *Psico*, 39(1): 33-40. Retrieved from: <https://core.ac.uk/download/pdf/25531380.pdf>
- Devine, P.G. (1989). Stereotypes and Prejudice: their automatic components and Controlled. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(1), 5-18. Recuperado de <http://psycnet.apa.org/psycinfo/1989-15262-001>
- Fernandes, A. O., & Monteiro, N. R. O. (2016). Psychological indicators and perceptions of adolescents in residential care. *Paidéia*, 26(63), 81-89. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-43272663201610>
- Fernandes, A. O., & Monteiro, N. R. O. (2017). Comportamentos Pró-Sociais de Adolescentes em Acolhimento Institucional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, e3331. Epub June 22, 2017. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3331>
- Ferriani, M. G. C., Bertolucci, A. P., & Silva, M. A. I. (2008). Assistência em saúde às crianças e adolescentes abrigados em Ribeirão Preto, SP. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 61(3), 342-348. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672008000300011>
- Habigzang, L. F., Cunha, R. C., & Koller, S. H. (2010). Sintomas psicopatológicos em meninas vítimas de abuso sexual abrigadas e não-abrigadas. *Acta Colombiana de Psicología*. 13(1), 35-42. Retrieved from: <http://www.scielo.org.co/pdf/acp/v13n1/v13n1a04.pdf>

- Kawakami, K & Dovidio, J.F. (2001) The reliability of implicit stereotyping. *PSPB*, 27(2), 212-225. Recuperado de <http://psp.sagepub.com/content/27/2/212>.
- Lei Nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. (1979). *Código de Menores*. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm.
- Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). *Estatuto da criança e do adolescente*. Diário Oficial da União. Brasília: DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm.
- Lei Nº12.012, de 3 de agosto de 2009. (2009). *Nova lei nacional da adoção*. Diário Oficial da União. Brasília: DF. Recuperado de http://planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm
- Macedo, O. J., Pessoa, M. C. B., & Alberto, M. de F. P. (2015). Atuação dos profissionais de psicologia junto à infância e à adolescência nas políticas públicas de assistência social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 916-931. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000922014>
- Machado, M. S., Scott, J. B., & Siqueira, A. C. (2016). Crianças institucionalizadas e suas famílias de origem: Imagens sociais e seus reflexos na garantia de direitos. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, 3(6), 91-111. Retrieved from: <http://itp.ifsp.edu.br/ojs/index.php/IC/article/view/460/459>
- Major, B., & O'Brien, L. T. (2005). The social psychology of stigma. *Annual Reviews Psychology*, 56(x), 393-421. doi: <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.56.091103.070137>
- Marcílio, M. L. (2016). A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez
- Martinez, A. L. M., & Soares-Silva, A. P. (2008). O momento da saída do abrigo por causa da maioridade: A voz dos adolescentes. *Psicologia em Revista*, 14(2), 113-132. Retrieved from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v14n2/v14n2a08.pdf>
- McCann, J. B., James, A., Wilson, S., & Dunn, G. (1996). Prevalence of psychiatric disorders in young people in the care system. *BMJ*, 313-1529. doi: <https://doi.org/10.1136/bmj.313.7071.1529>
- Moscovici, S. (2011). *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes.

- Mota, J. M. S., Thomaz, M. V., & Melo, M. F. A. Q. (2015). O jogo "The Sims" como tela de projeção e elaboração de experiências. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(4), 1465-1483. Retrieved from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v15nspe/v15n4a20.pdf>
- Oliveira, A. P. G., & Milnitsky-Sapiro, C. (2007). Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: Abrigo e provisoriedade. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27(4), 622-635. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000400005>
- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. *Psicologia & Sociedade*, 29. e131636. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i131636>
- Penna, L. H. G., Carinhonha, J. I., & Leite, L. C. (2009). A prática educativa de profissionais cuidadores em abrigos: Enfrentando a violência vivida por mulheres adolescentes. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 17(6), 52-58. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692009000600009>
- Penna, L. H. G., Fernandes, R. S., Guedes, C. R., Santos U. P. P., Fernandes G. S., & Soares B.Y. (2012). Concepções de profissionais de unidades de acolhimento sobre a maternidade em adolescentes abrigadas. *Revista de Rede de Enfermagem do Nordeste*, 13(1), 44-52. Retrieved from: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/3766>
- Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária*. (2006). Diário Oficial da União. Brasília: DF. Recuperado em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf>
- Rizzini, I., & Pillotti, F. (2011). *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez.
- Rocha, P. J., Arpini, D. M., & Savenago, S. D. O. (2015). Acolhimento institucional: Percepções de familiares que o vivenciaram. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(1), 99-114. Retrieved from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v67n1/08.pdf>
- Rodrigues, A. L., Gava, L. L., Sarriera, J. C., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Percepção de preconceito e autoestima entre adolescentes em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 389-407. Retrieved from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v14n2/v14n2a02.pdf>

- Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G., Costa, N. R. do A., Guimarães, L. de A., Mariano, F. N., Teixeira, S. C. de P. & Serrano, S. A. (2012). Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 390-399. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000200021
- Rosa, M. D. & Catroli, V. S. C. (2013). O laço social na adolescência: a violência como ficção de uma vida desqualificada. *Estilos clínicos*, 18(2): 297-317. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/estic/article/viewFile/79850/83807>
- Salina-Brandão, A., & Williams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: Avaliação institucional e indicadores de Qualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 334-343. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000300003>
- Savegnago, S. D.O., Faraj, S. P., Arpini, D. M., & Siqueira, A. C.. (2015). Oficinas com meninas em uma escola aberta: espaço de diálogo, reflexão e reconhecimento da singularidade. *Temas em Psicologia*, 23(2), 467-480. doi: <https://dx.doi.org/10.9788/TP2015.2-17>
- Sehn, A., Porto, D. D. & Siqueira, A. C. (2015). 'Tocar a vida para frente': possibilidades de planos para o futuro de adolescentes que cometeram ato infracional. *Adolescência & Saúde*, 12(X), 28-34. Recuperado de http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=479
- Siqueira, A. C. (2012). A garantia ao direito à convivência familiar e comunitária em foco. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29(3), 437-444. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2012000300013>
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2007). Retornando para a família de origem: Fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(3), 134-146. Retrieved from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n3/13.pdf>
- Siqueira, A. C., Massignan, L. T., & Dell'Aglio, D. D. (2011). Reinserção familiar de adolescentes: Processos malsucedidos. *Paidéia*, 21(50), 383-391. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2011000300011>

- Siqueira, A. C., Zoltowski, A. P., Giordani, J. P., Otero, T. M., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Processo de reinserção familiar: Estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estudos de Psicologia*, 15(1), 07-15. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2010000100002>
- Souza, F. H. O., & Brito, L. M. T. (2015). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. *Psicologia Clínica*, 27(01), 41-57. Retrieved from: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v27n1/0103-5665-pc-27-01-00041.pdf>
- Stangor, C. & O'Brien, J. (2010). Stereotyping. In: J. Levine & M. Hogg (Orgs.). *Encyclopedia of groups processes & intergroup relations* (pp. 857-862). Thousand Oaks (CA): SAGE Publications.
- Wendt, B., Dullius, L., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais sobre jovens em acolhimento institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 37(2), 529-541. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703004012016>
- Whatier, J. L., & Dell'Aglio, D. D. (2007). Sintomas depressivos e eventos estressores em crianças e adolescentes no contexto de institucionalização. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 29(3), 305-314. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-81082007000300010>
- Zappe, J. G., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Risco e proteção no desenvolvimento de adolescentes que vivem em diferentes contextos: Família e institucionalização. *Revista Colombiana de Psicología*, 25(2), 289-305. doi: <http://dx.doi.org/10.15446/rcp.v25n2.51256>
- Zappe, J. G., Moura Jr, J. F., Dell'Aglio, D. D., & Sarriera, J. C. (2013). Expectativas quanto ao futuro de adolescentes em diferentes contextos. *Acta Colombiana de Psicología*, 16(1), 91-100. Retrieved from: <http://www.scielo.org.co/pdf/acp/v16n1/v16n1a09.pdf>
- Zappe, J. G., Yunes, M. A .M., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Imagens sociais de famílias com crianças e adolescentes: Impacto do status socioeconômico e da institucionalização. *Pensando Famílias*, 20(1), 83-98. Retrieved from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v20n1/v20n1a07.pdf>